

ANAIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS
Segundo Ano Da Primeira Legislatura
SESSÃO DE 1827

TOMO SEGUNDO

RIO DE JANEIRO

Tipografia de – Hyppolito José Pinto & C^a – rua do Hospício, 203

1875

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

Câmara dos Srs. Deputados

1827

ÍNDICE¹

1827

ÍNDICE DO MÊS DE JUNHO

SEGUNDO VOLUME

A

Agravos de petição na relação do Maranhão – indicação do Sr. Lobo – pág. 15.

Arado – projeto do Sr. de Deos e Silva isentando de pagar o dizimo dos frutos ao lavrador que lavrar suas terras com arado – pág. 27.

Arsenal de marinha em Cuiabá – projeto da comissão de marinha aprovando a sua conservação – págs. 38 e 56.

Oraram os Srs. Cunha Mattos, Souza França e Costa Aguiar.

Ajudante do inspetor da alfândega da capital da Bahia – pág. 47.

Adiado – que fosse declarado qualquer parecer ao qual se fizesse oposição; indicação do Sr. Vasconcellos – pág. 63.

Abolição do foro pessoal – Vid. *Foro pessoal*.

Academia médico-cirúrgica – projeto do Sr. Odorico Mendes criando-a na capital do Maranhão – pág. 66.

Arrematação das rendas da alfândega da corte. Vid. *Rendimentos da alfândega*.

Absolutismo na Bahia – indicação do Sr. Custodio Dias propondo que se pedisse ao governo informações sobre as tentativas de proclamação do absolutismo na Bahia;

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

ofício do ministro do império adiando a remessa pedida pela Câmara do ofício do presidente da Bahia acerca das ditas tentativas; debate veemente; o deputado Custodio Dias é chamado à ordem por manifestar em seu discurso tendências republicanas; o deputado Vasconcellos indica que se declarasse na ata que toda a Câmara chamara à ordem por àquelas expressões ao referido deputado Custodio Dias; tomam parte na discussão os Srs. Custodio Dias, Vasconcellos, May, Souza França e Araujo Bastos – págs. 56, 72 e 81.

Administrações paroquiais – projeto do Sr. May autorizando o governo a mandar proceder ao ensaio de um novo sistema daquelas administrações – pág. 89.

Arsenais de construção naval, escolas teórico-navais, cortes de madeiras, etc. – resposta do ministro da marinha à requisição da Câmara concernente àqueles importantes tópicos, - pág. 109.

Aparelhos destinados a salvar a vida aos afogados – pág. 121.

Aposentadorias – projeto do Sr. Ledo regulando o modo de serem concedidas – pág. 134.

B

Bispados – criação dos bispados de Goiás e Cuiabá; parecer da comissão de negócios eclesiásticos opinando que se aprovassem as bulas somente na parte em que criava os bispados, e não nas outras em que a cúria romana ingeria-se em assuntos que não eram de sua competência; voto separado do bispo do Maranhão – págs. 28 e 128. Oraram os Srs. Cunha Mattos, Clemente Pereira e bispo do Maranhão.

Brigada de artilharia de marinha – parecer da comissão de constituição sobre o ofício do ministro da marinha que acompanhara a proposta de lei para uma nova organização daquela brigada; trata-se da questão “se os ministros de estado deviam vir pessoalmente ou não à Câmara exercer aquela prerrogativa” - págs. 45, 54, 85, 150 e 174.

Oraram os Srs. Cruz Ferreira e Lino Coutinho.

Bloqueio do Rio da Prata – instruções dadas pelo governo aos comandantes da esquadra – pág. 48.

Banco do Brasil – parecer da comissão de fazenda propondo que se convidasse ao ministro competente para uma conferência em que se tratasse das medidas para fundar a dívida pública e reorganizar o dito banco – págs. 92, 108 e 118.

C

Concordatas e tratados celebrados com a santa Sé – requerimento do Sr. May para que se pedisse ao governo informações – págs. 39 e 98.

Oraram os Srs. Paula Cavalcante e Cunha Mattos.

Comandantes gerais de vilas – projeto do Sr. de Deos e Silva extinguindo-os – pág. 48.

Côngruas aos párocos – indicação do Sr. arcebispo da Bahia estendendo a de 200\$ a todas as dioceses do império – pág. 65.

Concílio tridentino – projeto da comissão eclesiástica decretando que a disposição daquele concílio na sessão 24 cap. 1º de *Reformatione matrimonii*, e a constituição do arcebispado da Bahia liv. 1º tít. 68 § 291 se pusesse em efetiva observância em todos os bispados e freguesias do império – págs. 89, 153 e 195.

Oraram os Srs. Bispo do Maranhão, Lino Coutinho, Cunha Mattos, Vergueiro, Vasconcellos, Monsenhor Pizarro, Teixeira de Gouvêa, Custodio Dias, Deos e Silva, Mello Souza e Rocha Franco.

Caetano Maria Lopes Gama, presidente de Goiás – sobre a comunicação que fez de não poder vir tomar assento na Câmara para não deixar a administração da província; parecer da comissão de poderes estranhando esse procedimento – pág. 106.

Cartas de apresentação aos beneficiados passadas pela mesa da consciência e ordens – pág. 10. Vid. *Formulário*.

Colégio de belas-artes – projeto do Sr. de Deos e Silva criando-o na província do Pará – pág. 13.

Companhias de mineração nacionais ou estrangeiras – pedido de esclarecimentos ao governo, - págs. 14 e 48.

Comarca de Caxias – criação de uma comarca em Caxias – projeto do Sr. Silva Lobo – pág. 15.

Comissão militar no Rio Grande do Sul – requerimento da comissão de constituição pedindo cópia da ordem que a mandou criar – págs. 17, 37 e 64.

Congregação do oratório na cidade do Recife – parecer da comissão de constituição sobre a administração de seus bens – págs. 24, 37, 64.

Criação de juízes de fora nas vilas de Santarém no Pará, e nas de Campo Maior e Marvão no Piauí – projeto do Sr. de Deos e Silva – pág. 27.

Carne verde e aguardente do país – indicação do Sr. de Deos e Silva propondo a extinção do monopólio daqueles gêneros nas províncias onde estivesse em uso – pág. 27.

Criação de escolas na cidade de Fortaleza – projeto do Sr. Deos e Silva – pág. 99.

Conselho de fazenda – projeto do Sr. Vasconcellos propondo sua extinção – págs. 110 e 111.

Convenção de 20 de Agosto de 1825 celebrada com Portugal – sua remessa à câmara – pág. 121.

Comarca do rio São Francisco separada da província de Pernambuco e anexada à de Minas Gerais, para ficar incorporada à da Bahia – parecer da respectiva comissão – pág. 148.

D

Dízimos das províncias do Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará – parecer da comissão de fazenda sobre sua arrematação – págs. 28 e 47.

Deputado May – declara-se coacto para poder intervir como membro da comissão de estatística e diplomática na apreciação do tratado da abolição do trafego de escravos, atento o modo porque seus outros colegas entendiam o art. 102 § 8º da constituição – pág. 33.

Despacho de livros – indicação do Sr. Odorico para que se peça ao governo cópia da ordem pela qual não se despachavam os livros na alfândega sem ser remetida ao promotor dos jurados a competente lista – pág. 48 e 64.

Distribuição nos lugares onde havia um só tabelião – redação do respectivo projeto de lei – pág. 52.

Dizimo – projeto do Sr. Rocha Franco estabelecendo que os lavradores das províncias do império eram brigados ao dizimo somente na razão do que exportavam ou vendiam – pág. 56.

Dízimos – sua arrecadação; indicação do Sr. Castro Silva para que a comissão de fazenda apresentasse sobre esse assunto algum projeto de lei – pág. 112 e 149.

Diário da Câmara – parecer da comissão de redação do *Diário* dando conta da nomeação que fizera de empregados para a mesma redação e vencimentos que lhes marcara – pág. 122.

Desembargo do paço – projeto do Sr. Vasconcellos extinguindo este tribunal – pág. 133.

Divisão das províncias – indicação do Sr. Cunha Mattos e parecer da comissão de estatística – pág. 134.

Dispensa de dias santos - indicação do Sr. Castro Silva propondo que se recomendasse ao governo que impetrasse da santa Sé a dispensa dos dias santos que não fossem de direito comum – pág. 148.

Dotação do imperador e família imperial – pág. 162.

E

Eleição da mesa – Foram eleitos: presidente o Sr. Araujo Lima, vice-presidente o Sr. Costa Carvalho, e secretários os Srs. Maia, Costa Aguiar, Galvão e Almeida Torres. Pág. 11.

Emolumentos de passaportes à benefício da secretaria de marinha – indicação do Sr. Castro Silva aplicando-os à fazenda pública – págs. 15 e 191.

Oraram os Srs. Castro Silva, Lino Coutinho, Souza Mello, Duarte Silva, Vergueiro, Araujo Bastos, Baptista Pereira e Souza França.

Escolas do 1º grão ou pedagogias – projeto da comissão de instrução publica regularizando-as – pág. 39.

Escrivão dos feitos e solicitador do Rio Grande do Norte – parecer da comissão de fazenda reprovando o ato da junta de fazenda daquela província que unira o primeiro ao da correição e o segundo ao contencioso – págs. 49 e 193.

Empregos conferidos ao nascimento – indicação do Sr. Vasconcellos propondo que a comissão de marinha e de justiça oferecessem à Câmara medidas legislativas que acabassem com a legislação atual na parte em que conferia os empregos ao nascimento sem respeito aos preceitos da constituição – pág. 53.

Escravos e mais bens semoventes – projeto do Sr. Deos e Silva estabelecendo que a disposição do § 21 da carta de lei de 20 de Junho de 1774 não tivesse lugar a respeito daqueles bens – pág. 86.

Escolas de medicina – projeto do Sr. Lino Coutinho criando três escolas de medicina no Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão, e regulamentando-as – págs. 87 e 149.

Exames do 6º ano e expedição das cartas de formatura pela escola médico-cirúrgica da corte – parecer da comissão de saúde pública sobre um requerimento dos estudantes daquela escola acerca do assunto referido – pág. 88.

Engenhos de açúcar – projeto marcando o espaço intermediário de suas edificações – págs. 107 e 149.

Escrivães das juntas de fazenda – emolumentos – pág. 109.

Expostos de um e outro sexo – projeto do Sr. de Deos e Silva criando uma casa de expostos no Maranhão – pág. 121.

Escola de agricultura, de botânica, de economia política e de comércio no Maranhão – projeto do Sr. de Deos e Silva criando-a – pág. 121 – Idêntica e acrescentando a de mineralogia em Minas Gerais.

F

Fazendas de gado nacionais denominadas Arari e São Lourenço da ilha do Marajó, no Pará – indicação do Sr. de Deos e Silva para que essas fazendas fossem arrematadas em hasta pública e seu produto recolhido ao cofre da província – pág. 27.

Foro pessoal – sua abolição – pág. 104.

Formulário adotado pela Mesa de consciência e ordens para os provimentos dos benefícios eclesiásticos – pág. 109.

Forças de mar – parecer da comissão de marinha – pág. 174.

I

Iluminação do Rio de Janeiro – indicação do Sr. Lino Coutinho – págs. 5, 27 e 47.

Imposições nas províncias a favor da polícia da corte – indicação do Sr. Castro Silva aplicando-as à fazenda pública – pág. 15.

Instituto nacional de matemáticas, ciências físicas, belas letras, belas artes, história e ciências positivas – indicação do Sr. de Deos e Silva propondo a criação deste instituto na capital do império – pág. 87.

Impostos na carne verde e farinha de mandioca – parecer da comissão de fazenda acerca deste objeto – pág. 107.

Intendente geral do ouro da corte e Bahia – projeto extinguindo aquele emprego – pág. 112.

J

Junta de fazenda pública em Goiás – sua abolição; parecer da comissão de fazenda – pág. 27.

Juízes criminais – projeto do Sr. Vasconcellos estatuinto regras sobre a publicidade das sentenças – págs. 85 e 86.

Juízes de paz – projeto de lei relativo à sua criação; discussão do projeto – págs. 176 e 184.

Oraram os Srs. Feijó, Paula Souza, Lino Coutinho, Vasconcellos, Vergueiro, Araujo Bastos, Custodio Dias, Duarte Silva, Xavier de Carvalho, Deos e Silva, Odorico, Paula Cavalcante e Ferreira de Mello.

L

Liberdade de imprensa – terceira discussão do projeto sobre abusos da liberdade de imprensa – págs. 6, 17, 24, 34, 40, 52, 56, 67 e 72.

(Nesta sessão requerem o Sr. deputado Maia que se suspendesse a expedição da lei da liberdade de imprensa; houve debate e resolveu-se pela afirmativa – pág. 183.)

Oraram os Srs. Souza França, Almeida Torres, Cruz Ferreira, Xavier de Carvalho, Vasconcellos, Araujo Bastos, Lino Coutinho, Custodio Dias, Cunha Mattos, arcebispo da Bahia, Baptista Pereira, Maia, Paula Souza, Calmon, Vergueiro, Odorico, Almeida Albuquerque, Costa Aguiar, May, Souza França, Miranda Ribeiro, Bastos. Declaração do deputado Vasconcellos “que votara contra a aprovação do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa” - pág. 70.

Longitude geográfica nas viagens marítimas – parecer da comissão de marinha sobre a descoberta do barão de Kleinsargen para sua verificação. Pág. 12.

Liberdade de imprensa – duvidas do promotor fiscal dos crimes por abusos de liberdade de imprensa; parecer importante da comissão de legislação e de justiça civil relativo ao assunto – págs. 134 e 165.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Teixeira de Gouvêa, Lino Coutinho, Maia, Cunha Mattos, Almeida Albuquerque, Xavier de Carvalho, Miranda Ribeiro, May, Mello Souza, Araujo Bastos e Custodio Dias.

M

Madeiras estrangeiras – projeto do Sr. de Deos e Silva proibindo sua importação – pág. 6.

Meio soldo ás viúvas dos oficiais militares – parecer das comissões de guerra e fazenda sobre as emendas oferecidas ao projeto respectivo – págs. 16, 52 e 98.

Montepio de marinha – projeto da comissão competente estatuinto que as herdeiras das contribuições do montepio de marinha na forma da resolução de 6 de Outubro de 1795, gozavam da porção que lhe competia por falecimento do contribuinte enquanto vivessem e com sobrevivência de umas para outras – págs. 29, 30 e 49.

Oraram os Srs. Hollanda Cavalcante, Cunha Mattos, Lino Coutinho, Teixeira de Gouvêa, Vasconcellos, Vergueiro, Araujo Bastos, Almeida Albuquerque e Baptista Pereira.

Montepio de marinha – projeto do Sr. Maia estatuinto que a lei que regulava este montepio não concedia ás irmãs dos contribuintes a sobrevivência de umas para as outras – pág. 89.

Milícias – projeto do Sr. Hollanda Cavalcante regulamentando a tropa miliciana – pág.111.

Mesa da consciência e ordens – projeto do Sr. Vasconcellos extinguindo este tribunal – pág. 133.

Maia (deputado) – ofereceu plena satisfação ao deputado Vergueiro por algumas expressões que a ele dirigira na sessão anterior, as quais retirava pela sua inconveniência e desabrimto, - pág. 151.

N

Naturalização de cidadão brasileiro – projeto de lei da comissão de constituição estatuinto que fosse considerado cidadão brasileiro todo o estrangeiro que naturalizado português existisse no Brasil antes da época de sua independência e jura-se a constituição – págs. 63, 74 e 182.

(Deu lugar a este projeto o requerimento de Guilherme Platt.)

Oraram os Srs. Paula Cavalcante, Lino Coutinho, Maia, Hollanda Cavalcante, Vergueiro, Costa Aguiar, Vasconcellos, Miranda Ribeiro e Souza França.

Navegação de rios – projeto considerando-a de uso comum – pág. 12.

O

Ofícios de justiça – reação de alguns ofícios pela junta do Rio Grande do Norte – pág. 66. Vid. *Escrivão dos feitos*.

Oraram os Srs. Paula Cavalcante, Teixeira de Gouvêa e Almeida Torres.

Observatório no Rio de Janeiro – parecer da comissão de instrução pública sobre o estabelecimento daquele observatório projetado pelo capitão de engenheiros Candido Baptista de Oliveira – pág. 106.

Ordinárias percebidas pelo escrivão da câmara imperial no desembargo do paço – discussão do respectivo projeto de lei – pág. 112.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Paula Cavalcante e Clemente Pereira.

Ofícios de justiça ou fazenda – discussão do projeto declarando que aqueles ofícios não podiam ser concedidos a título de propriedade, - págs. 113 e 188.

Oraram os Srs. Souza França, Costa Aguiar, Teixeira de Gouvêa, Castro Silva e Vasconcellos.

P

Professores públicos de primeiras letras no império – projeto da comissão de fazenda fixando seus vencimentos – pág. 110.

Prorrogação de horas de sessão – indicação do Sr. Ferreira de Mello – pág. 141.
(Houve algum debate e adoptou-se a proposta do Sr. Ferreira de Mello com modificações)

Pau Brasil – projeto da comissão de fazenda tornando privativo para o estado o comércio da compra e venda do pau Brasil – pág. 195.

Pretensão de Francisco da Cunha Muniz e Gusmão – págs. 5 e 12.

Pretensão de Antonio José Coelho Louzada – pág. 10.

Pretensão de D. Anna Angela da Lomba – págs. 29, 30, 49 e 109.

Pretensão dos moradores do arraial do Corgo do Jaraguá em Goiás – pág. 33.

Pretensão do brigadeiro João José Duran – págs. 52 e 64.

Pretensão dos professores de primeiras letras da província da Bahia – págs. 52 e 122.

Pretensão dos armaristas da corte, pág. 52.

Pretensão de Marcelino Carvalho Quaresma – pág. 52.

Pretensão dos oficiais de secretaria da província da Bahia – págs. 52, 54, 56 e 107.

Pretensão de frei Thomaz da Santa Fé – pág. 72.

Pretensão da câmara municipal da Villa de Santos pedindo a abolição dos direitos de passagem do Cubatão – pág. 71.

Pretensão de Guilherme Platt – Vid. *Naturalização de cidadão brasileiro*.

Pretensão de Domingos Lopes Forgaça sobre a queixa que ao conselho administrativo da província de Goiás dirigiu contra o vice-presidente do mesmo conselho José Rodrigues Jardim – pág. 89.

Oraram os Srs. Souza França, Hollanda Cavalcante, Cunha Mattos, Teixeira de Gouvêa, Vasconcellos, Almeida Albuquerque e Paula Cavalcante.

Pretensão de Jeronymo Xavier de Barros – págs. 104, 119 e 122. (Houve algum debate)

Pretensão de Francisco Alexandrino de Vasconcellos Calassa – págs. 101, 120 e 151.

Pretensão de João Gonçalves da Veiga – págs. 104 e 132

Pretensão dos empregados nas diversas repartições da junta de fazenda na Bahia – pág. 105.

Pretensão de Marcos Antonio Bricio – págs. 105 e 120.

Pretensão dos Manoel Nunes Bahiense Páo-Brazil – pág. 105

Pretensão de Joanna Juvenal do Espirito Santo – pág. 105.

Pretensão de Antonio Joaquim de Mello – pág. 105.

Pretensão de Antonio Borges Campos – pág. 105.

Pretensão de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque – pág. 105.

Pretensão de Pedro Ribeiro de Araujo – págs. 103 e 108.

Pretensão de Albino da Costa Moreira – págs. 106 e 120.

Pretensão de João Luiz Torres e Bento Manoel Rodrigues – pág. 106

Pretensão de José Lopes Pereira – pág. 106.

Pretensão de Eusebio Venerio – pág. 107.

Pretensão de José Ignacio Varejão – pág. 107 e 139.

Pretensão de Santiago Gomes – pág. 108.

Pretensão de Antonio Maria Cavelt – pág. 108.

Pretensão da Câmara de São João do Príncipe requerendo uma imposição sobre a aguardente – pág. 108.

Pretensão de Joaquim de Lima Corrêa – pág. 149.

Pretensão de vários credores da fazenda pública da província da Bahia que forneceram gêneros para o arsenal de marinha e tropa depois que o brigadeiro Madeira se introduziu no comando das armas – pág. 149.

Pretensão de Manoel José Pereira da Silva, taquígrafo – pág. 149.

Pretensão de Inocencio José Fontes – pág. 149 e 161.

Pretensão de Manoel José de Araujo Lima – pág. 150.

Pretensão de Luiz Lacombe – pág. 150.

Pretensão do padre Manoel Joaquim Rodrigues Dantas – págs. 151 e 153.

Pretensão de Felipe Corrêa Marques sobre salinas – pág. 182.

Q

Quinto do ouro – memória sobre o progresso e decadência do quinto do ouro na província de Minas Gerais, oferecida à Câmara pelo deputado Maia – pág. 183.

R

Revistas de graça especialíssima e sentenças sobre presas – projeto do Sr. Vasconcellos regulando o modo da concessão das revistas e o da revisão das sentenças – págs. 45, 101, 156 e 187.
(Houve pequeno debate)

Rendas da intendência geral da polícia – redação do projeto que as considerou como rendas nacionais – pág. 17.

Rendimento da alfandega da corte – arrematação de uma parte desse rendimento; reflexões do ministro da fazenda sobre o projeto – págs. 25, 46, 70, 93 e 99.
Oraram os Srs. Souza França, Baptista Pereira, Vergueiro, Clemente Pereira, Vasconcellos, Castro Silva, Custodio Dias, Lino Coutinho, Hollanda Cavalcante, Almeida Albuquerque, Ledo e Araujo Bastos.

Relações provinciais – regimento; parecer da comissão de legislação sobre o projeto de lei do Sr. Maia – pág. 108.

S

Sessão secreta em 1º de Junho – págs. 5, 10, 11 e 12.

Soldos – concessão da metade dos respectivos soldos aos oficiais da guarnição do Rio de Janeiro quando estivessem no hospital; projeto fazendo extensiva aquela concessão aos oficiais de patente ativos e reformados que venciam soldo, da 1ª e 2ª linha do exército do Brasil – pág. 27.

Secretarias das duas câmaras – adopção do projeto de lei respectivo – págs. 63, 92 e 120. (Estabeleceu-se que o provimento dos empregados era da privativa atribuição de cada uma das câmaras).

Seminário episcopal do Pará – indicação do Sr. arcebispo da Bahia concedendo àquele seminário o terreno contigue – pág. 66.

Seminários episcopais – projeto do Sr. de Deos e Silva subordinando estes seminários à inspeção dos comissários da instrução pública que fossem nomeados para as províncias do império – pág. 87.

Seminário do Maranhão – sobre a indicação do bispo eleito – pág. 105.

Soldados milicianos lavradores – discussão do projeto de lei aliviando-os por certo prazo anual do serviço militar – pág. 115.
Oraram os Srs. Hollanda Cavalcante, Baptista Pereira, Cunha Mattos, Vasconcellos, Costa Aguiar e Queiroz Carreira.

Supremo tribunal de justiça – discussão das respectivas emendas – págs. 122, 136, 143 e 151.

Oraram os Srs. Clemente Pereira, Vasconcellos, Baptista Pereira Araujo Bastos, Xavier de Carvalho, Vergueiro, Souza França, Almeida Albuquerque, Paula Cavalcante, Paula Souza, Ornellas, Villar e Teixeira de Gouvêa.

T

Taxa legal do ouro – projeto do Sr. de Deos e Silva abolindo-a – pág. 27.

Tráfego de escravos – parecer da comissão de diplomacia sobre a convenção que o abolira, celebrada entre o Brasil e a Inglaterra; votos separados dos Srs. Cunha Mattos e May – pág. 79. (Quer o parecer da comissão, quer os votos em separado são da maior importância).

OBSERVAÇÃO

No Diário da câmara n. 57 de 20 de Julho vem a seguinte

Errata

“Ao discurso do Sr. Silva Lobo, que se acha no Diário de 7 de Junho (sessão de 7 de Junho) seguiu-se esta indicação:

“Indico que se faça extensivo à vila de Caxias, da província do Maranhão, o regimento de 10 Outubro de 1754, pelo qual são contados todos os processos que se expedem tanto na relação como em todas as judicaturas daquela província – *Lobo.*”